

ANA CARLA ABRÃO



E-MAIL: ANAAC@UOL.COM.BR

Estabilidade é só estabilidade

Temos acompanhado, em longas sessões da CPI da Covid, depoimentos de servidores públicos do Ministério da Saúde. São servidores estatutários, ou seja, entraram no serviço público por meio de concurso e, após cumprido o período (atualmente) de três anos de estágio probatório, adquiriram a estabilidade funcional prevista no Regime Jurídico Único.

Pelo Artigo 41 da Constituição Federal, servidores estatutários só perderão seus cargos 1) em virtude de sentença judicial transitada em julgado; 2) mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; 3) mediante procedimento de avaliação periódica de

desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

Isso não é muito diferente do que há no restante do mundo. Afinal, a estabilidade no serviço público tem sua função e seu valor. Cabe à burocracia garantir a continuidade das políticas e ações de Estado, protegendo-as de interrupções ou substituições voluntárias que as benéficas alternâncias de poder poderiam gerar. Uma burocracia estável, escolhida por critérios impessoais e técnicos, bem capacitada, corretamente incentivada e, acima de tudo, independente e dotada de espírito público, garante que o público seja colocado acima do privado e que as políticas públicas sejam voltadas ao cidadão, independentemente da coloração partidária dos seus mandatários da vez.

No Brasil, a diferença está na amplitude da estabilidade, que aqui abrange todos os servidores públicos, inclusive os que exercem funções muito além daquelas que a justificariam. Além disso, dada a atual captura dos processos disciplinares, embora a Constituição preveja sua demissão, servidores concursados se tornaram quase que indemissíveis, pois os pré-requisitos legais para isso dificilmente estarão formalmente presentes. Menos pela ocorrência de faltas e

Tema voltou à tona, mas não é o nosso problema nem a nossa panaceia

mais pela blindagem criada pelos próprios servidores. Ou seja, não é a estabilidade o nosso problema. Como também não é ela a nossa panaceia.

O tema voltou à tona com a PEC 32/2020, da reforma administrativa. No projeto, o governo propõe a criação de novos vínculos funcionais, restringindo a estabilidade apenas às carreiras de Estado – ainda a serem definidas. Ao colocar o carro à frente dos bois, a proposta gerou polêmica. Afir-

nal, discutir estabilidade em um ambiente em que, só em nível federal, mais de 300 carreiras se acotovelam querendo um lugar na frente da fila de importância (equivocadamente confundida com estabilidade), é receita para não avançar.

Mais: discutir estabilidade quando o corporativismo é patrocinado pelo governo e em ambiente político e moral tão esgarçado é garantia de retrocesso. Tanto que emoção e polarização turbinaram a discussão com os recentes depoimentos dos servidores na CPI. Num semana, a estabilidade foi a vedete que brilhou nas denúncias de irregularidades na importação de vacinas. Na seguinte, a mesma estabilidade foi vinculada à inação e ao baixo comprometimento com resultados.

Nem tanto ao céu, nem tanto ao mar. A estabilidade não é garantia de honestidade, de independência ou de competência e coragem por parte de servidores públicos. Assim como não pode ser total e unicamente responsabilizada pela inação, falta de uma correta atribuição de funções e responsabilidades e pela acomodação.

Corrupção, desvios, paralisa ou atendimento a demandas eleitoreiras ou negacionistas partindo de uma posi-

ção pública não escolhe a estabilidade funcional ou a falta dela como morada. Pelo contrário, o que garante uma burocracia competente, comprometida e independente é um modelo funcional que atraia pessoas com espírito público e competências corretas, as valorize e dê as condições adequadas de trabalho – dentre elas, a independência que, em alguns poucos casos, a estabilidade reforça.

Um modelo que também cobre e premie pelo trabalho correto e competente que cada um faz. Mas que seja também um modelo que não tolere e puna – inclusive com a demissão – aqueles que se utilizam do cargo público com leniência ou, pior, para beneficiar a si ou aos seus. A estabilidade funcional deve ser parte desse modelo, mas ela por si só não garante seu sucesso. Menos ainda quando vem acompanhada de falta de transparência, de corporativismo e de blindagem.

* ECONOMISTA E SÓCIA DA CONSULTORIA OLIVER WYMAN. O ARTIGO REFLETE EXCLUSIVAMENTE A OPINIÃO DA COLUNISTA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi (quinzenalmente) | TER. Ana Carla Abrão, Pedro Fernando Nery e Demi Getschko (quinzenalmente) | QUA. Fábio Alves | QUI. Adriana Fernandes | SEX. Elena Landau e Laura Karpuska (revezam quinzenalmente) e Pedro Doria | SAB. Adriana Fernandes | DOM. José Roberto Mendonça de Barros (quinzenalmente) e Afonso Celso Pastore (quinzenalmente); Paulo Leme (1º domingo do mês), Roberto Rodrigues (2º domingo do mês), Albert Fishlow (3º domingo do mês) e Gustavo Franco (último domingo do mês)

Custo com térmicas chega agora a R\$ 13,1 bi

Valor representa alta de 45% ante projeção em junho; adicional será repassado para contas

Marlla Sabino | BRASÍLIA

O uso de usinas termoeletricas por causa da escassez de água nos reservatórios das principais hidrelétricas do País deve custar R\$ 13,1 bilhões até novembro deste ano aos consumidores, segundo o Ministério de Minas e Energia (MME). Em função da crise hídrica, o governo autorizou o uso de todas essas usinas, até mesmo as mais caras, para garantir o abastecimento de energia no País. A despesa bilionária será embutida nas tarifas de energia no próximo ano.

A estimativa atual representa um aumento de 45% no valor previsto em junho pelo MME, de R\$ 8,99 bilhões. Esse montante resultaria em um aumento

adicional de 5% no custo da energia, a ser repassado para as tarifas no próximo ano. A pasta não informou a nova estimativa de impacto do custo das térmicas nas tarifas, que deve ser ainda mais alta. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) diz não ter feito os cálculos para saber qual o impacto nas contas.

O custo da geração de energia também é repassado aos consumidores por meio das bandeiras tarifárias. Com o agravamento da crise hídrica e a falta de perspectiva de chuvas, a Aneel reajustou em 52% a taxa embutida atualmente nas contas de luz. A chamada bandeira vermelha patamar 2 passou de R\$ 6,24 para R\$ 9,49 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.



AGENCIA PETROBRAS - 21/3/2013

Tarifas. Custo do uso de térmicas é repassado ao consumidor por meio das bandeiras

Esse não é, porém, o único reajuste programado para as bandeiras nos próximos meses. A agência discute uma segunda correção de valores, que prevê que a bandeira vermelha patamar 2 pode ser elevada para R\$ 11,50 a cada 100 kWh consumidos. A avaliação é que o reajuste já aprovado não será suficiente para cobrir os custos das térmicas. Há também uma preocupação para evitar um déficit na chamada “conta bandeiras”, já

que isso também se reflete em pressão nas tarifas em 2022.

Na semana passada, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, classificou o aumento da bandeira tarifária como uma “consequência da crise hídrica” e afirmou que as térmicas dão mais segurança ao fornecimento de energia. “Essas bandeiras tarifárias significam que o custo da energia ficou mais caro e essa energia tem de ser paga. É isso que o consumidor vai

● **Crise hídrica**
R\$ 8,99 bi
era o gasto previsto pelo Ministério de Minas e Energia (MME) com as termoeletricas em junho. Agora, o próprio ministério estima uma despesa de R\$ 13,1 bilhões, uma alta de 45% ante ao que foi calculado anteriormente pelo órgão.

ter de arcar com o custo”, disse em entrevista ao programa *Agenda Econômica*, da TV Senado.

Segundo o MME, o aumento dos gastos com o uso de térmicas é resultado de medidas adotadas para reter mais água nos reservatórios. “O custo adicional de despacho termoeletrico esperado até novembro aumentou em razão das medidas de flexibilização adotadas, que têm permitido o maior armazenamento de água nos reservatórios e, por consequência, a maior utilização de termoeletricas para atendimento à demanda do sistema”, informou o ministério.

Cálculos. Os cálculos são baseados em estudos e simulações apresentados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e aprovados pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). Na semana passada, o colegiado recomendou novas medidas para reter água. Na reunião, o ONS informou que permanece o cenário de atenção quanto às condições de atendimento.

Apesar da situação, o ministro afasta a possibilidade de um racionamento de energia elétrica e possíveis apagões. No mês passado, o governo editou uma medida provisória para criar a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética, que tem o poder de determinar, por exemplo, mudanças nas vazões de reservatórios e hidrelétricas. Outras medidas também devem ser adotadas, como um plano de redução voluntária no consumo de energia das indústrias.

Fundos de pensão elevam aposta em investimentos no exterior

Em maio, valor alocado atingiu R\$ 21,3 bilhões, 80% a mais do que os R\$ 11,8 bilhões de dezembro de 2020

Bruno Villas Bôas | RIO

Em busca de diversificação da carteira de investimentos e maiores retornos, os fundos de pensão brasileiros aumentaram em 80% o patrimônio alocado no exterior nos cinco primeiros meses do ano, atingindo R\$ 21,3 bilhões em maio, mostra levanta-

mento da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) a pedido do *Estadão/Broadcast*. Em dezembro, o valor era de R\$ 11,8 bilhões.

O crescimento mostra que as entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) estão cada vez mais dispostas a investir no exterior, embora o montante ainda seja modesto diante do poder de fogo das entidades – representa apenas 1,88% do patrimônio total dos fundos, que atingiu R\$ 1,134 trilhão em maio. No fim de 2020, essa proporção era de 1,1%. Em dezembro de 2019, era ainda

menor, de 0,81% (R\$ 8 bilhões).

Guilherme Benites, sócio da Aditus Consultoria, tem mais de 120 entidades fechadas de previdência complementar entre seus clientes, especialmente

● **Folga para aplicações**
1,11%
é a porcentagem dos recursos dos fundos brasileiros no exterior. O Conselho Monetário Nacional estabelece um teto de 10% do patrimônio das entidades que pode ser investido fora do País.

de pequeno e médio portes. Ele recebe diariamente contato de interessados em aplicar no exterior. Seu papel é fazer a análise de risco e do investimento. “Não passa um dia sem que o telefone toque com alguma demanda sobre investir lá fora. Os fundos querem discutir estratégia, a carteira. A maioria busca renda variável concentrada em países desenvolvidos.”

Maior fundo de pensão do País, a Previ, dos funcionários do Banco do Brasil, é uma das entidades que ampliaram os investimentos lá fora. O diretor de investimentos da Previ, Marcelo Wagner, explica que a alocação no exterior faz parte do processo de diversificação do risco da carteira. Em maio deste ano, a Previ tinha aplicações de R\$ 1,1 bilhão lá fora. Em dezembro de 2020, esse valor era de R\$ 342 milhões, ou seja, um terço do atual.

“Seguramos um pouco esses investimentos no ano passado por causa da conjuntura de câmbio, com o real muito depreciado. Estamos retomando neste ano”, diz Wagner, que selecionou dez gestores estrangeiros para alocar recursos em mercados como EUA e China. “Vamos alocar R\$ 1 bilhão em parcelas de R\$ 250 milhões.”

Bolsa tem alta de 1,73%, enquanto dólar cai 1,25%

B3 ignora cenário político e impasse sobre reforma do IR e retoma patamar de 127 mil pontos

Depois de um começo de mês tumultuado, por conta das repercussões com a proposta do governo para mudança do IR e do aumento da temperatura política na esteira da CPI da Covid, a Bolsa de Valores fechou ontem com alta de 1,73%, aos 127,5 mil pontos. Foi a maior variação desde a sessão de 7 de maio, quando o Ibovespa subiu 1,77%.

Em grande medida, a B3 acompanhou a trajetória de otimismo nas Bolsas dos Estados Unidos, que vivem a expectativa de divulgação de balanços no trimestre mostrando recuperação mais forte do nível de atividade. Segundo operadores, o movimento também foi puxado pelas novas operações de abertura de capital (IPO, na sigla em inglês) programadas para os próximos dias na Bolsa brasileira, que devem atrair maior volume de capital estrangeiro.

Já o dólar, após oito pregões

seguidos de alta, fechou em queda 1,25%, cotado a R\$ 5,1740. Ao longo do dia, a moeda americana variou entre R\$ 5,1640, na mínima, e R\$ 5,2848.

“Agenda de hoje (ontem) estava vazia, então a atenção se voltou para a abertura, amanhã (hoje), do calendário de balanços trimestrais nos Estados Unidos, em que alguns dos principais bancos do mundo começam a divulgar os resultados do segundo trimestre”, disse Bruno Madruga, head de renda variável da Monte Bravo Investimentos. “Aqui, o cenário político segue em foco, com os investidores ainda esperando novidades sobre a reforma tributária, principalmente na questão de Imposto de Renda, que pode influenciar tanto o câmbio como os juros e a Bolsa.”

O movimento de alta na B3 se disseminou por empresas e setores, com destaque para siderurgia – CSN ON (6,17%) e Gerdau PN (4,50%) – e mineração – Vale ON (1,24%) –, em dia de alta para o minério na China. As ações de bancos também chamaram atenção, segmento de maior peso no índice, com ganhos de até 3,77% (Unit do Santander). / **LUÍS EDUARDO LEAL**

AVALIAÇÕES

Valores de mercado (venda ou locação) de imóveis urbanos e rurais de todo o País. Credibilidade e experiência conquistadas por mais de 40 anos de independência, sigilo e isenção

Solicite orçamento também para avaliações patrimoniais e ativos industriais.

www.embraesp.com.br
avalia@embraesp.com.br



(11) 3665-1590
(11) 99913-5823
(11) 99524-5823